

Como descrever práticas artísticas que promovem, defendem e refletem sobre os direitos humanos?

Susana C. Gaspar

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
susanacgaspar@gmail.com

Cristina Pratas Cruzeiro

Universidade Nova de Lisboa – Faculdade
de Ciências Sociais e Humanas
cristinacruzairo@gmail.com

Resumo

Este artigo enquadra-se no projeto de investigação “Arte e Direitos Humanos: a influência de práticas artísticas na agenda dos direitos humanos (de 2011 à atualidade)”, para Doutoramento em Estudos Artísticos – Arte e Mediações. Apesar de não ser difícil encontrar festivais internacionais de Arte e Direitos Humanos, nem objetos artísticos que assumem como temática ou foco os direitos humanos, existe uma grande dispersão de conceitos na hora de apresentar e debater estas práticas artísticas. Com o objetivo de mapear algumas pistas para descrever estas práticas, apresenta-se um primeiro mapeamento de festivais, redes e alguns encontros internacionais e uma breve análise de conteúdo das suas descrições.

Palavras-chave

artes, direitos humanos, arte política, ativismo, intervenção social

Introdução

Este artigo centra-se no estado da arte e mapeamento prévio realizado no âmbito de uma investigação para tese de doutoramento sobre arte e direitos humanos. O primeiro objetivo dessa pesquisa é o de refletir sobre os diferentes conceitos associados às artes e ativismo e questionar a sua eficácia na aplicação a determinadas criações artísticas voltadas para os direitos humanos. Pelo crescimento da atenção que temas de direitos humanos têm recebido e por uma crescente vontade de parcerias coletivas, nomeadamente ao nível de redes e festivais, é importante ir além da análise a objetos artísticos isolados, contextualizando-os. Por outro lado, importa refletir sobre o próprio discurso do artista e compreender as particularidades de cada contexto, sendo que, para este artigo, o foco no conteúdo encontra-se, ainda, numa primeira camada a partir de uma perceção de discurso coletivo, através de recortes de imprensa, artigos, plataformas e redes internacionais. Partilha-se uma primeira análise do que já foi identificado, neste âmbito, sobre o tema, sem preocupação, neste artigo, de partilhar o posicionamento próprio sobre o que se entende por direitos humanos na sua abrangência ou especificidade.

Em suma, parte-se de uma análise do enquadramento de alguns eventos, sobretudo de festivais de arte e direitos humanos, das redes formadas por artistas e/ou académicos e do que já tem sido redigido sobre o assunto, em cruzamento com um estado da arte relativo à arte política, arte socialmente comprometida e arte ativista enquanto esboço de resposta à pergunta que dá corpo ao título do presente artigo.

Arte “para”, “sobre”, “de” direitos humanos?

Nas duas últimas décadas, surgiram vários novos elementos sobre a arte participativa e a arte comunitária (Matarasso, 2019), com fortes ligações à intervenção social e à democratização da arte, bem como à maturação do que se entende como arte política ou ativismo. Em paralelo, surgiu uma preocupação das novas criações para dar resposta à urgência do “aqui e agora”. Pela dimensão da globalização, sobretudo de informação, e maior sensibilização para determinadas causas e assuntos, assistimos ao renascer de uma figura de artista-ativista (Sholette, 2011) ou “artista-cidadão” (Burnham & Durland (Eds)) que assume diretamente a sua prática na defesa de causas sociais e, nomeadamente, relacionadas com direitos humanos. Os séculos passados ensinam-nos que a ligação entre arte e direitos humanos sempre existiu, sobretudo quando se representavam guerras, genocídios, ocupação de territórios, exploração sexual ou outros temas, da mesma forma que a ideia de “direitos humanos” não surge unicamente da Declaração Universal assinada em 1948. Existem várias gerações de “direitos” e um desenvolvimento da sua ideia moral e ética. Contudo, há uma ideia que é transversal e verdadeiramente universal: a da dignidade da pessoa humana (Steiner et al., 2007). Apesar de historiadores, sociólogos e outros académicos reconhecerem melhorias nas condições de vida à escala global desde a segunda metade do século XX, nomeadamente com a redução do número de guerras, é comumente aceite que muito ainda está por fazer na defesa dos direitos humanos em todo o mundo. Para Hopgood (2014), o cenário positivo dos direitos humanos contribuírem para a melhoria das condições de vida está longe de ser verdadeiro, defendendo que esta é uma área que se encontra em declínio. No seu artigo *The Endtimes of Human Rights*, o autor descreve esse perigo de extinção através da “relativa erosão do poder americano, o declínio do poder europeu e a cada vez maior influência não só da China e da Rússia como de uma

série de poderes emergentes que querem, no mínimo, renegociar algumas regras globais e instituições” (2014, p.11).

Porém, apesar de assistirmos hoje no mundo a um contínuo atropelar de direitos humanos, que tomam a forma de conflitos armados, escravidão moderna, censura, desigualdade, discriminação, discursos de ódio; é também inegável o aumento das ações por parte da sociedade civil, coletivos e indivíduos, para sensibilizar sobre esses temas e, em casos mais extremos, pressionarem para que se alterem as leis por forma a proteger os direitos de todas as pessoas.

Curiosamente, as organizações não governamentais de direitos humanos cedo compreenderam o potencial da arte para, de forma mais criativa ou imediata, conseguir dar visibilidade aos assuntos e estabelecer maior empatia para conduzir cidadãos à ação. É o caso do projeto *Art for Amnesty* da organização Amnesty International que cedo nomeou artistas enquanto “embaixadores de consciência” ou da Human Rights Watch que descobriu nos festivais de cinema um valioso encontro de filmes dedicados a direitos humanos. Mais recentemente, órgãos governamentais como a UNESCO ou a Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia têm investido em encontros para novas reflexões e sinergias entre artes e direitos humanos, que indiciam um discurso de “Human Rights Art”. É precisamente por se assumir esse discurso que se torna pertinente iniciar uma reflexão sobre a narrativa encontrada em catálogos de arte, entrevistas a artistas, artigos académicos, entre outros, sobre esta ligação.

Para além das diferentes categorias que poderemos encontrar a nível teórico, existe uma outra necessidade: o do posicionamento a nível linguístico. Em inglês conseguimos encontrar ligações distintas como “art and human rights” ou “art for human rights”, porém, é comumente aceite “Human Rights Art” enquanto categoria capaz de albergar os diferentes tipos de relações. Já em português, e outras línguas românicas, exige-se um maior esforço de análise, pois podemos identificar uma arte que fala “sobre”, “através”, “para” ou que se poderia propor pertencer a um género ou campo de ação. Pela identificação de alguns artistas que defendem que a sua arte pertence a uma narrativa de direitos humanos, poderíamos procurar uma definição nesse sentido de pertença, como, por exemplo, “arte de direitos humanos”, independentemente de estes poderem ser enquadrados em outros eixos como o da arte política, socialmente comprometida, participativa, etc. Já no caso dos festivais de cinema, por exemplo, é mais recorrente o recurso a “of human rights”, traduzível para “de direitos humanos”, mas existe também a proposta de “on human rights”, traduzível para “sobre direitos humanos”, outros, tornam-se mais abrangentes com o recurso a “Human Rights Film”. Assim, compreendemos que há entidades que se afastam de um potencial género ao demarcarem-se de um artigo de pertença - ao assumirem um “sobre”, ao invés “de” - independentemente destes filmes poderem defender uma igual missão, a de eventualmente criar um impacto e sensibilização através dos temas retratados.

O aumento de projetos e dispersão de conceitos leva-nos a procurar um eixo condutor que possa ajudar a estabelecer ligações para estas práticas artísticas, embora o objetivo deste artigo – assim como da tese de doutoramento em curso – não seja o de categorizar ou defender conceitos únicos, mas antes aprimorar a relação bilateral de causa-efeito entre ambas as linguagens. É relevante sublinhar que tanto as práticas artísticas podem ter um efeito político, social e moral nos “direitos humanos”, como os “direitos humanos” podem ter igual efeito nas práticas artísticas e, por esse motivo, numa fase

mais avançada do estudo, iremos dedicar-nos à análise de conteúdo de várias entrevistas e à análise de estudos de caso, para compreender sobretudo o primeiro efeito; quando não são os artistas atrás de uma agenda (o efeito do “aqui-agora”, por pressão dos acontecimentos e de sucessivas notícias), mas sim quando são os artistas a conseguirem impor uma agenda que, até então, poderia estar adormecida ou num universo de invisibilidade na comunicação social ou discurso político.

Ainda é pouco comum encontrarmos livros ou artigos académicos sobre a relação global e transversal entre arte e direitos humanos, contudo, cada área artística tem encontrado as suas próprias ligações e procurado um novo entendimento sobre o assunto. Como, a título de exemplo, em *Theatre & Human Rights* (Rae, 2014), “Popular Music and Human Rights” (Peddie, 2011), “Human Rights Films” (Táscon, 2012, 2015).

Os discursos sobre direitos humanos no contexto artístico e o contributo dos artistas

Muito recentemente foi lançada a obra *Can Art Aid in Resolving Conflicts*, com testemunhos de centro e três artistas que se dispuseram a falar das suas práticas em contextos de conflitos e desafios sociais, numa partilha de uma visão catalisadora da arte. No entanto, são discretas as referências a um discurso de direitos humanos, privilegiando-se os aspetos de empatia ou do potencial curativo da arte. Têm sido muitas as produções académicas no campo dos estudos artísticos relativamente a assuntos que, de forma mais ou menos direta, estão relacionados com desafios globais, como a discriminação racial, feminismo, resistência, propaganda ou populismo. Porém, apesar das extensas discussões, não existem termos consensuais, estando presente no meio académico e artístico uma vasta dispersão de conceitos. Claire Bishop (2012), fundamenta teoricamente a “arte participativa”, a partir da sua obra *Artificial Hells* que apresenta, igualmente, um ângulo importante sobre a participação do espetador. Rancière (2010), filósofo que inspira outros autores no campo da História da Arte, Filosofia e Estudos Artísticos, e que, nesta pesquisa, servirá a uma reflexão sobre a repolitização da arte a partir da obra *O Espectador Emancipado*, defende não só a emancipação do espetador como reflete sobre práticas artísticas recentes que se inscrevem num quadro de reflexão global sobre o estado do mundo. Para um enquadramento da arte política, apresentam-se as teorias de Expósito (2002, 2012) que, em simultâneo, se aproxima dos conceitos de “ativismo artístico”, por vezes substituído ou complementado pela ideia de “artivismo”, categoria explorada, por exemplo, por Felshin (1995), a partir do seu livro *But is it art? The Spirit of art as activism* e de Lippard (1992, 2007), a partir das suas teorias de relação entre “arte ativista”, “poder” e “mudança social”. Chantal Mouffe, por outro lado, reflete sobre o “regresso do político” à arte (1999) e, igualmente, sobre “ativismo artístico” (2007). De referir, ainda, as teorias de Sholette (2011), nomeadamente a partir da sua obra *Dark Matter: Art and Politics in the Age of Enterprise Culture*, de Rodney Diverlus (2016) a partir do seu ensaio *Re/imagining Artivism* e, ainda, de Paul Ardenne (2002) com a obra “Uma Arte Contextual”, em particular pelo capítulo focado na “arte como participação”.

O conceito de “arte política” apresenta-se, por vezes, mais próxima de uma noção de “ativismo” que almeja a transformação da sociedade e, em outros casos, revê-se como um espaço para questionar o domínio das normas. Tanto numa visão como em outra, altera-se a forma como comunicamos com e por dentro da arte. As mudanças culturais, sociais e económicas nas últimas décadas tiveram reflexo no reposicionamento da arte

face à política e da arte enquanto política. Assistimos ao surgimento de iniciativas artísticas que questionaram o domínio exclusivo de ‘um autor’, e nos apresentaram estratégias de criação artística participativa e/ou colaborativa. Estas novas formas de experimentação do social e político na arte têm sido exploradas através da compreensão de ‘um novo regime das artes’, nomeadamente explanadas por Jacques Rancière, que, por sua vez, partiu do pensamento de Deleuze & Guattari, de Kant ou Schiller. Pérez Rubio, na exploração destas novas relações entre o político e a arte a partir do mesmo autor, destaca como todos estes conceitos são produzidos num contexto social caracterizado por um discurso que enfatiza a participação da sociedade civil. Essa pressão para a participação funciona enquanto estratégia para progredir face a processos de radicalização da democracia, aprofundamento da cidadania e construção de sujeitos emancipados (2013, p. 193). Em referência a Walter Benjamin (1989) e Ladagga (2006), a autora considera que a articulação que existe entre arte e política supõe estarmos elucidados sobre as relações que se estabelecem entre os objetos artísticos e os fenómenos sociais que determinam a sua produção e receção, bem como as possibilidades de estes promoverem a consciência crítica da população (Rubio, 2013, p. 197). Ou seja, embora a arte política pretenda uma intervenção social, esta exige dos espetadores sentido crítico e conhecimento do(s) contexto(s) para que tal surta efeito.

Claire Bishop decide referir-se a estas tendências como “arte participativa” (participatory art), justificando a escolha com a importância do envolvimento de várias pessoas, “as opposed to the one-to-one relationship of ‘interactivity’” e procura evitar, assim, a ambiguidade do conceito “social engagement”, pois, segundo a própria, toda a arte é já socialmente comprometida (2012, pp. 1-2). Porém, segundo Helguera (2011), a arte socialmente comprometida funciona ao anexar-se a assuntos e problemas que, por norma, pertencem a outras disciplinas, movendo-as temporariamente para um espaço de ambiguidade (p. 5).

Em maio de 2017, decorreu o primeiro encontro da Agência para os Direitos Fundamentais da União Europeia dedicada a explorar a ligação entre artes e direitos humanos. Resultante desta reunião, foi editado um breve relatório¹ com os contributos dos participantes que, segundo o mesmo, contou com académicos, curadores, trabalhadores em museus, representantes da sociedade civil e vários artistas de diferentes domínios, das artes visuais à música, de vários estados da União Europeia. Este relatório fixa-se na relação bilateral entre arte e direitos humanos e no que os direitos humanos podem fazer pelas artes e vice-versa. Para além disso, toca igualmente em temas sensíveis e divergentes, como a possibilidade de as artes poderem contribuir para atropelos aos direitos humanos, sobretudo por via da propaganda. No âmbito de festivais internacionais de arte e direitos humanos, parece existir uma curadoria cuidada e uma linguagem comum sobre “empatia”, “comunidade” e “dignidade”. Uma análise de conteúdo aprofundada aos objetivos e missão destes eventos pode contribuir para uma perceção mais concreta do que se denomina por arte de direitos humanos. Nos Estados Unidos da América tem decorrido o *International Human Rights Art Festival*, um evento fundado por Tom Block em 2010 que, originalmente, foi criado como *Amnesty International Human Rights Art Festival*. Atualmente, este é um evento anual que decorre em vários estados do país e conta com o apoio não só de artistas, mas

1 “Exploring the connections between art and human rights”

também de membros do congresso. Por ocasião do aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em 2018, comemorou 70 anos, outros eventos e fóruns foram decorrendo a nível internacional. Destaca-se o evento da UNESCO no Théâtre National de Chaillot, em Paris, em dezembro de 2018 que convidou oito artistas para um evento a que chamaram único: “Art Lab: Dialogue with World Artists for Human Rights”.

Em 2017, organizou-se um encontro de dois dias para debater uma pergunta semelhante à que nomeia este artigo: “what is an artistic practice of human rights?”. Este encontro decorreu na Universidade de Chicago², com seis artistas internacionais como convidados³ para explorar a intersecção entre as suas práticas criativas e os direitos humanos, nomeadamente ao nível dos contributos para um entendimento coletivo mais amplo do que estes direitos significam. Os artistas tiveram oportunidade de apresentar as suas performances e foi conduzido um fórum no dia um de maio, para debater como se utilizam práticas artísticas para enquadrar assuntos desde a justiça criminal, aos direitos LGBTI+, direitos de imigrantes ou crise de refugiados. Apesar de não terem sido publicadas atas do encontro, existiu alguma cobertura jornalística e da crítica. A título de exemplo, o artigo de Brooke Nagler, do Chicago Maroon, escreve sobre esta arte enquanto “desejo de mudança” e que vai “para além da estética”. Apesar de esta ser uma ambição de outras práticas (i.e. arte comunitária, arte participativa, arte socialmente comprometida), mais uma vez, distinguem-se o trabalho destes artistas por exporem atropelos aos direitos humanos a nível nacional e internacional. Foram várias obras exibidas neste encontro, contudo, destaco o trabalho em tom de “call to action” de Laurie Jo Reynolds que se identifica com o conceito “arte legislativa”, centrada na prática social e política. No artigo são também mencionados os sentimentos de insegurança de alguns dos artistas, como no caso de Jelili Akitu, artista multimédia nigeriano que se viu detido pela polícia a meio da noite, de forma a que ninguém pudesse ajudá-lo. Também a artista Tania Bruguera viu a sua performance, sobre “As Origens do Totalitarismo” de Hannah Arendt, interrompida para ser detida por oito meses. Segundo este artigo, tornou-se aparente que uma comunidade artística local ou nacional dedicada aos direitos humanos não se torna suficiente. Segundo conclusões do encontro, nas palavras de Nagler, é necessário transpor fronteiras e procurar uma “unidade internacional”, sendo o remate do artigo uma esperança no futuro para o desenvolvimento destas redes: “these artists found a unique global network through this summit. The future will show what this network will generate”.

Maria Rovisco e Ambrose Musiyiwa (2019) escreveram sobre “the role of the arts in promoting a culture of human rights”, em que colocam a questão de uma outra perspetiva: a da influência da arte no desenvolvimento e promoção de uma cultura de direitos humanos. Para os autores, a relação entre arte e direitos humanos “não é óbvia” e preferem destacar a força moral por trás do conceito de direitos humanos: “human rights are more than a legal instrument – they are a powerful moral notion associated with the idea human dignity and, as such, are capable of galvanising artists and the common citizen alike” (RSA). Desta forma, assume-se a força da Declaração Universal

2 Organizado por Gray Center for Arts and Inquiry, Logan Center for the Arts e Pozen Family Center for Human Rights.

3 Lola Arias, Jelili Akitu, Tania Bruguera, Sandi Hilal e Alessandro Petti da “Decolonizing Architecture Art Residency”, Carlos Javier Ortiz e Laurie Jo Reynolds

dos Direitos Humanos e das convenções internacionais enquanto documentos que pretendem defender a vida e dignidade humana e, por isso, são instrumentos que, reconhecidos globalmente, impõem aos governos uma conduta específica relativamente aos seus cidadãos. No texto refere-se o festival “Leicester Human Rights Arts and Film Festival”, com o qual têm estado envolvidos e que caracterizam enquanto “dimensão viva”, numa apropriação das palavras de Sassateli (2011) e enquanto veículo para um diálogo público, experiência estética e formas de participação mais democráticas. Nesse âmbito, o festival pretende encorajar a “participação ativa, inclusão e sentido de comunidade” sobretudo num tempo em que “much public debate on human rights issues has shifted to online spaces such as social media platforms like Facebook and Twitter”. Para Rovisco & Musiyiwa, este festival consegue encorajar o público e os participantes a partilharem ideias críticas, soluções possíveis e exemplos de ‘boas práticas’ a partir das suas experiências de vida ou áreas de atividade profissional, para a imaginação de um futuro coletivo mais justo.

A par do festival de Leicester, têm surgido outros exemplos de festivais e/ou outros eventos diretamente relacionados com direitos humanos. Apesar do mapeamento para este estudo abarcar, numa primeira etapa, academias de arte e ativismo ou conferências com conceitos mais abrangentes, é já possível partilhar exemplos de como estes eventos têm surgido nos últimos anos e com um real empenho em conseguirem alguma continuidade a nível cronológico. “Art for Amnesty”, já mencionado, é um projeto global da Amnesty International em que assumidamente a arte é utilizada como um veículo de sensibilização e instrumento eficaz de *advocacy* para os direitos humanos. “Art Works” acontece em Chicago, e a missão dos seus projetos é a de usar o “design and the arts to raise awareness of and educate the public about significant human rights issues”, para além das ferramentas de advocacia para produzir “ação” ao nível de media, *grassroots* e políticas. “ARTifariti - Art and Human Rights” decorre em campos de refugiados saarauís, no Saara Ocidental, numa tentativa de reivindicar os direitos humanos, nomeadamente o “acesso à terra, cultura, raízes e liberdade”. “Human Rights Arts & Film Festival (HRAFF)”, “Human Rights Nights”, “International Human Rights Art Festival”, “Smashing times International Centre for the Arts and Equality” são ainda outros casos que importa nomear e analisar a fundo, mas que, no seu discurso, têm como pontos comuns “informar” sobre assuntos de direitos humanos e, de alguma forma, impelir o público a agir na defesa dos direitos humanos. Para além dos casos de festivais existem ainda outros projetos como “Highlight Arts” ou “Creating Rights”. Importa referir que neste mapeamento não estão a ser tidos em conta projetos educativos, que se poderiam enquadrar mais facilmente num modelo de “educação para os direitos humanos” ou “arte-educação”, apesar de a arte surgir enquanto ferramenta.

Existem, ainda, projetos como os da organização FREEMUSE, o Artists at Risk connection, IARA - International Arts Rights Advisors, que evidenciam outra ligação entre arte e direitos humanos: a da arte enquanto direito e, nomeadamente, o direito à liberdade de expressão. Por fim, existem os casos mais raros da presença da arte e direitos humanos em museus, como o caso canadiano, pelo Canadian Museum for Human Rights – embora de forma menos direta – e o Montgomery Museum of Fine Arts, que dedica uma coleção de arte aos direitos humanos. Para além desta dimensão institucional, existem redes que são importantes elos condutores e congregadores, como nos casos da rede “Artists for Human Rights”, mais informal, ou da “Arts Rights

Justice” que se dedica também ao desenvolvimento de uma academia. Há também o caso da “Artsfex” mais prestada à defesa da liberdade de expressão e, no caso do cinema, a incontornável “Human Rights Film Network” que conta com mais de 40 festivais enquanto membros e que serve ainda como plataforma para divulgação de outros festivais por todo o mundo que diretamente se dedicam à projeção de filmes sobre direitos humanos.

Se olharmos para a programação destas conferências, encontros ou festivais, encontramos importantes pistas sobre a relação entre arte e direitos humanos, muito embora academicamente pareça recente a procura pela criação de um modelo teórico que a suporte. Apesar de inúmeras propostas artísticas evidenciarem a sua relação com a atualidade e, nomeadamente, com assuntos relacionados diretamente com direitos humanos, não parece haver, ainda, uma procura ativa por sublinhar essa relação, muito embora se possa adivinhar uma lenta inserção a esse referencial teórico em alguns artigos e obras mais recentes. François Matarasso (2019) escreve sobre “Uma Arte Irrequieta”, para se debruçar sobre “a arte participativa e a sua antecessora mais radical, a arte comunitária”, com enfoque na prática contemporânea. No seu livro, referenciam-se artistas e propostas de arte participativa realizadas entre 2015 e 2018 em Portugal e outros países, de Espanha a Marrocos ou Bósnia-Herzegovina. Num índice muito completo de referenciais teóricos sobre o tema em apreço, surge uma breve referência à relação entre “a arte e os direitos humanos”, contudo, somente por via do direito à arte, conforme artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pois, para o autor é preferível “ver o direito de participar na vida cultural da comunidade como uma salvaguarda dos direitos que o precedem. Negar às pessoas o direito de participar na vida cultural da comunidade, é negar-lhes a voz” (p. 47).

Considerações finais

Apesar de alguns festivais e eventos internacionais já evidenciarem uma relação direta entre arte e direitos humanos desde há algumas décadas, sem dúvida que, com as sucessivas crises económicas e sociais globais, a partir de 2008, e com movimentos civis e políticos criados a partir de 2011, foram surgindo novas formas de inovação social através da arte. Os festivais de arte e direitos humanos têm, na sua maioria, menos de uma década de existência e os encontros internacionais, a nível académico ou institucional, têm acontecido com maior fervor muito recentemente, sobretudo a partir de 2017. O facto de estarmos a assistir a um fenómeno e pensamento recente, levanta algumas dificuldades a este estudo, contudo, é possível encontrar elos correspondentes e construir constelações claras para um pensamento comum. Para além de alguma dispersão e ausência de consenso no domínio científico, acrescenta-se a dificuldade do enquadramento global/internacional, nomeadamente na apreensão de outras relações, como a dos contextos individuais ou coletivos dos artistas, que acrescentam uma outra camada na sua relação com o modo de fazer arte, nomeadamente em países onde a liberdade de expressão é mais restrita. Para além do foco no conhecimento científico existente em torno dos Estudos Artísticos, importa, ainda, referir a importância do aprofundamento de conceitos em torno dos Direitos Humanos, com enquadramento teórico e posicionamento face a este conceito que impõe, também, diferentes perspetivas consoante o âmbito regional e/ou político. Também nas narrativas dos estudos sobre direitos humanos e/ou ciência política, encontram-se pistas para um

cruzamento entre a arte, que é política, enquanto crítica do poder e/ou instituição dominante, e o seu potencial transformador quando opta por olhar e refletir para e sobre a sociedade. Para esse efeito, torna-se essencial a compreensão da visão dos artistas, bem como uma compreensão do impacto que almejam com o seu trabalho. Em termos de trabalho futuro e de forma mais direta para este projeto de investigação, será inevitável a dedicação a um capítulo sobre “artistas em risco”, onde será aprofundado o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que corresponde à liberdade de opinião e de expressão, “sem consideração de fronteiras” e sem limites para o meio de expressão. E, por outro lado, o conceito de dignidade da pessoa humana, como forma máxima de concretização da totalidade dos direitos fundamentais previstos nas diferentes convenções e tratados internacionais.

Em resposta à pergunta com que se iniciou a ideia de partilha para este artigo, já seria possível fazer corresponder alguns pressupostos, pela análise de conteúdo (ainda numa fase muito inicial) do que são as descrições dos eventos e artigos identificados. Em suma, e assumindo o posicionamento linguístico no sentido de pertença a um campo de ação específico, uma arte de direitos humanos pauta-se pelo desenvolvimento de empatia, o esforço de condução do público a agir por alguma causa concreta, a sensibilização para os assuntos de direitos humanos, “a promoção de uma cultura de direitos humanos”, a defesa dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana. Ou seja, partindo dos contributos teóricos convocados para este artigo, podemos identificar pressupostos semelhantes aos da arte socialmente comprometida, participativa, comunitária e, em termos mais globais, à arte política, mas com a especificidade de focar o seu discurso na narrativa e agenda dos direitos humanos e, em muitos casos, basear o seu trabalho em relatórios ou acontecimentos muito concretos a nível local ou internacional e, não tão raras vezes, em parceria com organizações não governamentais.

Para o futuro desta pesquisa e para melhor questionar ou afirmar estas primeiras leituras, serão seguidos os objetivos do projeto, que passam pelas seguintes linhas de ação: (1) refletir sobre os diferentes conceitos associados às artes e ativismo e questionar a sua eficácia na aplicação a determinadas criações artísticas voltadas para os direitos humanos; (2) compilar estudos de caso de diferentes práticas artísticas que sejam exemplo de arte interventiva pelos direitos humanos nos anos de 2011 até à atualidade; (3) identificar artistas em risco pelas suas práticas artísticas e compreender os seus contextos de criação, com identificação de limitações à liberdade de expressão e estratégias para contornar essa limitação; (4) contribuir com conhecimento científico para a compreensão da influência de processos artísticos na mudança social, seja esta numa escala local ou global e em termos de sensibilização ou ação na proteção dos direitos humanos.

Para cumprimento dos objetivos, seguir-se-á uma abordagem a partir do paradigma interpretativo, com maior relevância para os estudos de caso, enquanto aprofundamento de situações concretas, e entrevistas que possam fazer evidenciar ou refutar as relações entre os conceitos analisados.

Bibliografia

ARDENNE, Paul – **Un arte contextual: Creación artística en medio urbano, en situación, de intervención, de participación**. Murcia: Cendeac, 2006.

Amnesty International – **Art for Amnesty**. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/art-for-amnesty/>

BISHOP, Claire – **Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship**. 1.^a ed. Londres: Verso, 2012

BURNHAM, Linda Frye; Durland, Steven – **The Citizen Artist: 20 Years of Art in the Public Arena: An Anthology from High Performance Magazine 1978-1998**. Nova Iorque: Critical Press, 1998.

CRUZEIRO, Cristina Pratas – **Arte e realidade: aproximação, diluição e simbiose no século XX**. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Belas-Artes. Tese de doutoramento, 2014.

DIVERLUS, Rodney – Re/imagining activism. In Elliott, David. **Artistic Citizenship: Artistry, Social Responsibility, and Ethical Praxis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2016, pp. 189-209.

European Union Agency for Fundamental Rights – **Exploring the Connections Between Arts and Human Rights - Report of high-level expert meeting Vienna, 29 – 30 May 2017**. Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2017.

FELSHIN, Nina – **But is it art?: The spirit of art as activism**. Seattle: Bay Press, 1995.

FREEMUSE – **Art under Threat - Freemuse annual statistics on censorship and attacks on artistic freedom 2016**. Dinamarca: Freemuse, 2017.

HELGUERA, Pablo – **Education for Social Engaged Art - A Material Handbook**. Nova Iorque: Jorge Pinto Books, 2011.

HOPGOOD, Stephen – Changing Perspectives on human rights. In **Debating the Endtimes of Human Rights – Activism and Institutions in a Neo-Westphalian World**. Holanda: Amnesty International Netherlands, 2014, pp. 11-18.

International Human Rights Art Festival – History. Disponível em

<https://ihraf.org/history>

LEMELSHIRICH-LATAR, Noam, Wind, Jerry, Lev-er, Ornat – **Can Art Aid in Resolving Conflicts?**. Reino Unido: Frame, 2018.

LIPPARD, Lucy – 'Trojan Horses: Activist Art and Power'. In Wallis, B. (Ed.) **Art after Modernism: rethinking representation**. New York: The New Museum of Contemporary Art, 1992, p.341-358.

MATARASSO, François – **Uma Arte Irrequieta: reflexões sobre o triunfo e importância da prática participativa**. Trad. Isabel Lucena. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019.

MOUFFE, Chantal – 'Artistic Activism and Agonistic Spaces'. **ART&RESEARCH: A Journal of Ideas, Contexts and Methods**. Vol. 1. No. 2, 2007, pp.1-5.

NAGLER, Brooke – **Beyond Aesthetic: Art that Wills Change**. Chicago Maroon. Disponível em <https://www.chicagomaroon.com/article/2017/5/4/beyond-aesthetic-art-wills-change/>

PEDDIE, Ian – **Popular Music and Human Rights**. 2 vols. Aldershot: Ashgate, 2011.

RANCIÈRE, Jacques – **O Espectador Emancipado**. Lisboa: Orfeu Negro, 2010.

RAE, Paul – **Theatre and Human Rights**. Reino Unido: Palgrave MacMillan, 2009.

REICHERT, Elliot J – **“The Avant-garde of Human Rights”**. Disponível em <https://art.newcity.com/2017/04/03/the-avant-garde-of-human-rights/>

ROVISCO, Maria & Musiyiwa, Ambrose – **“The Role of the arts in promoting a culture of human rights”**. RSA. Disponível em <https://www.thersa.org/discover/publications-and-articles/rsa-blogs/2019/03/the-role-of-the-arts-in-promoting-a-culture-of-human-rights>

RUBIO, Ana Maria Pérez – **Arte y política. Nuevas experiencias estéticas y producción de subjetividades**. U. d. Guadalajara, Ed. Comunicación y Sociedad, 2013, pp. 191-210.

SHOLETTE, Gregory – **Dark Matter: Art and Politics in the Age of Enterprise Culture**. Londres: Pluto Press, 2011.

STEINER, Henry; Alston, Philip; Goodman, Ryan – **International Human Rights in context: Law, Politics, Morals**. 3.^a Ed. Oxford: Oxford University Press, 2007.

TÁSCON, Sonia – **Considering Human Rights Films, Representation and Ethics: Whose Face? ”**. In **Human Rights Quaterly**, n. 34, 2012, pp. 864-883.

TÁSCON, Sonia – **Human Rights Film Festivals: Activism in Context**. Londres: Palgrave Macmillan, 2015.

UNESCO – **Art Lab: Dialogue with World Artists for Human Rights**. Disponível em <https://en.unesco.org/news/art-lab-dialogue-world-artists-human-rights>